



Psicologia e assistência social: o estudo de caso como estratégia de acompanhamento familiar

Rafael Bianchi Silva¹

rafael.bianchi@uel.br

Anyelle Karine de Andrade²

anyelleandrade@hotmail.com

Claudia de Godoi Ferreira de Almeida³

claudiagodoi.fa@gmail.com

1 Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente do departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

2 Mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e psicóloga da secretaria de Assistência Social da prefeitura de Londrina.

3 Mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar uma experiência de oficinas de formação desenvolvidas junto a um grupo de psicólogos(as) atuantes em equipamentos da proteção social básica e especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As oficinas de formação buscaram refletir sobre a utilização do estudo de caso como uma ferramenta que contribui para a atuação na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Para tanto, buscou-se realizar a análise de como o estudo de caso é definido e discutido nos documentos do SUAS e promover um espaço de partilha de experiências e desafios entre os profissionais. A partir dos encontros, conclui-se que os estudos de caso são momentos nos quais os participantes discutem situações que acompanham e tecem estratégias de intervenção, representando ainda um importante suporte aos profissionais para o atendimento das situações que se apresentam no trabalho.

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Social. Psicologia. Formação. Estudo de Caso.

ABSTRACT

The objective of this study is to present an experience carried out through training workshops developed with a group of psychologists working on basic and special social protection at the Unified Social Assistance System (SUAS). The training workshops sought to reflect on the use of the case study as a tool that contributes to performance in the National Social Assistance Policy (PNAS). For this, an analysis was made of how the case study is defined and discussed in SUAS documents and to promote a space for sharing experiences and challenges among professionals. From the meetings, it was concluded that the case studies are moments in which the participants discuss situations that accompany and weave intervention strategies, still representing an important support to professionals to deal with situations that arise at work.

Keywords: National Policy of Social Assistance. Psychology. Formation. Case Study.

1 Introdução

A promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988 representa um importante alicerce para a defesa dos direitos humanos e para a garantia dos direitos sociais no país. A partir das indicações do texto constitucional, as décadas seguintes foram marcadas por um movimento de implementação de políticas públicas voltadas para construção de um sistema de seguridade social que tem como base a responsabilidade do Estado na promoção do acesso à saúde, assistência social e previdência social a todos os cidadãos brasileiros.

No campo da assistência social, por meio da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e da publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, este processo resultou na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 que tem como finalidade o atendimento à população em situação de vulnerabilidade e/ou risco social a partir da oferta de benefícios, serviços e programas organizados nos níveis de proteção social básica e de proteção social especial.

Dentre os desdobramentos relativos à estruturação dos serviços do SUAS, encontrou-se a necessidade de composição de equipes interdisciplinares com capacidade técnica para a atuação nesses espaços. Para tanto, a partir da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS de 2006, houve a determinação de que as equipes de trabalho contassem necessariamente com participação de técnicos com nível superior de áreas de formação distintas, sendo especificamente um(a) profissional de Serviço Social e outro(a) preferencialmente da Psicologia.

O estabelecimento desta normativa provocou uma relativa expansão dos postos de trabalho na área da Psicologia e se desdobrou na crescente demanda pela composição de novos modelos para a atuação profissional e de construção de práticas voltadas para a efetivação dos direitos sociais, especialmente devido a restrição do uso de práticas consolidadas e hegemônicas (como as psicoterapêuticas, psicodiagnósticas e psicopedagógicas) nos serviços deste campo (BRASIL, 2006).

Com as novas exigências colocadas pelos serviços do SUAS à categoria, uma série de discussões vêm sendo realizadas no tocante à necessidade de formação profissional para a atuação nesse campo, assentadas no reconhecimento de que, por vezes, a formação inicial do(a) psicólogo(a) carece em fornecer subsídios para a atuação em políticas sociais (SEIXAS et al, 2016). Tornam-se relevantes neste contexto ações formativas que possibilitem:

[...] diminuir uma enorme lacuna nos cursos de graduação em Psicologia que, contrariando o que preconizam as Diretrizes Curriculares e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), seguem dando muito pouca importância à formação de profissionais para atuar no campo das políticas públicas e, mais especificamente, na Assistência Social [...] (CORDEIRO; CURADO, 2017, p.9).

Em virtude deste cenário, nos últimos anos foram realizadas ações articuladas entre dois projetos desenvolvidos na Universidade Estadual de Londrina (um de pesquisa e outro de extensão) que contam, além do docente responsável, com a participação de discentes de graduação, pós-graduação e profissionais atuantes no SUAS. Tais projetos têm como foco a compreensão das especificidades da atuação dos(as) psicólogo(as) no SUAS e as possíveis articulações teóricas e técnicas que possam contribuir com as intervenções do profissional atuante nesse contexto.

A partir das discussões desenvolvidas nesses espaços e da constatação de que recorrentemente profissionais do SUAS procuravam a universidade em busca de capacitações, identificamos uma significativa demanda por espaços de formação, discussão e trocas de experiências sobre a atuação na assistência social voltados aos profissionais que já se encontram inseridos nesta política pública. Em decorrência deste cenário, passaram a ser delineadas ações voltadas a contemplar as questões trazidas por esses profissionais ao espaço universitário, desdobrando-se assim na realização de diferentes atividades junto a esse público. Deste modo, esse trabalho tem como objetivo apresentar uma experiência de oficinas de formação com um grupo de psicólogos(as) atuantes em equipamentos de proteção social básica e especial do SUAS.

Para conhecer as demandas para a formação continuada, foi realizado um levantamento de temáticas a partir das experiências vivenciadas no cotidiano de trabalho dos profissionais participantes. A partir disso, foi elencada a falta de um espaço de formação aos profissionais que atuam nos diferentes níveis e serviços do SUAS, no qual fosse possível debater as dificuldades encontradas no acompanhamento das famílias, em especial, na relação com outros serviços da rede de políticas públicas.

Elegemos como articulador do debate e tema central para as oficinas o “estudo de caso”, uma vez que se apresenta como uma atividade presente no cotidiano de trabalho na assistência social e que pode se constituir como uma estratégia a ser utilizada para o acompanhamento das famílias no âmbito da proteção social básica e especial.

Sobre o tema, as diretrizes para a atuação na PNAS apontam que em determinadas circunstâncias as situações vivenciadas pelas famílias atendidas nos serviços demandam que os(as) técnicos(as) realizem discussões mais aprofundadas para a definição das estratégias de acompanhamento a serem empreendidas junto a esses usuários (BRASIL, 2012). Nessas situações, devem ser planejadas reuniões destinadas a realização de estudos de caso, sendo estes descritos como:

[...] momentos [que] tem como objetivo reunir a equipe para estudar, analisar e avaliar as particularidades e especificidades das situações atendidas, de modo a ampliar a compreensão e possibilitar a definição de estratégias e metodologias de atendimento mais adequadas, além de serviços da rede que deverão ser acionados, tendo em vista o aprimoramento do trabalho (BRASIL, 2011, p. 57).

A recomendação prevista pela política é que as equipes de trabalho se organizem de modo a propiciar momentos para esses estudos, com a periodicidade definida de acordo com a complexidade dos casos em questão e da dinâmica de trabalho do serviço (BRASIL, 2011). Deste modo, o estudo de caso figura como um dos componentes do trabalho social, demandando o envolvimento da equipe em torno das questões suscitadas nos atendimentos, com vistas à construção de um maior aprofundamento acerca das situações abarcadas pelos serviços.

Em consonância com essas diretrizes, o Conselho Federal de Psicologia pontua que o estudo de caso tem o potencial de:

Ampliar a compreensão de indivíduos e famílias em suas relações e especificidades, na busca de estratégias de intervenção para alcance dos resultados apontados no Plano de Acompanhamento individual e/ou familiar, avaliando resultados alcançados, demandas e necessidade de readequações (CFP, 2012, p. 78).

Porém, é importante ressaltar que o trabalho a partir de um caso ou situação particular não pode excluir a leitura da complexidade das relações que incidem sobre uma determinada realidade ou tempo histórico. Nesse sentido, o estudo de caso também funciona como algo que potencializa novas leituras acerca do trabalho social. Isso acontece porque no processo de estudo de um caso, faz-se uma aproximação a uma

esfera de realidade ainda não propriamente vivenciada pelo profissional, ampliando a rede de implicações que constituem o campo em análise. Assim, não se trata de um caso isolado, mas sim, o contexto que pode ser observado e analisado a partir do caso estudado.

Por esse motivo, o processo de estudar um caso não pode ficar circunscrito à interpretação técnica de saberes prévios aplicados a uma determinada condição particular. Diferente disso, conforme indicam Macedo e Sá (2018), esse processo nos coloca na posição de aprendentes, que por não termos o conhecimento sobre o outro, precisamos nos aproximar do vivido, escapando do saber pronto e acabado.

Desse modo, a partir do que é expresso por Sato e Souza (2001), ao olhar o caso busca-se fazer um trabalho sobre ele, visando uma construção teórica, conceitual, explicativa, analítica sobre as relações encontradas. Não se pode, portanto, identificar o caso como uma situação-problema que difere de outros fenômenos de um determinado campo, mas sim, a manifestação de fatos que compõem um espaço que nos convoca a construção de uma análise.

A partir desses pontos, reconhecemos a relevância destas indicações e assim como observa Romagnoli (2016) apesar das propostas apresentadas pelos documentos do SUAS (BRASIL, 2004, 2005) serem fecundas, a materialização dessas dependem das ações desempenhadas pelos profissionais no cotidiano de trabalho. Por esse motivo, a ação realizada buscou fomentar reflexões sobre as práticas profissionais nos diferentes espaços em que elas se realizam, a partir de situações concretas que atravessam o cotidiano do trabalho social.

2 Metodologia

As atividades foram organizadas por meio de um evento de extensão vinculado à universidade, que teve como público-alvo profissionais de Psicologia que atuam nos serviços que compõem a PNAS. A proposta de trabalho teve como objetivo geral refletir acerca da utilização do estudo de caso como uma ferramenta que contribua para a atuação do psicólogo na PNAS. Como objetivos específicos, buscou-se propiciar aos profissionais participantes um espaço de formação através do aprofundamento acerca do que é exposto pelas normativas oficiais do SUAS, possibilitar a partilha de experiências e desafios do cotidiano de trabalho e, por fim, fomentar a construção coletiva de estratégias para acompanhamento dos indivíduos e famílias que vivenciam condições de vulnerabilidade social.

Enquanto pressuposto para o modelo de formação, partimos da noção de experiência e espaço intersticiais (LARROSA, 1998; 2002) para produzir correlações destes com o campo profissional. Desse modo, o compartilhamento de situações-problema – ou casos – vivenciados no cotidiano de trabalho, ao mesmo tempo, em que confere uma abertura dialógica a partir de pontos em comuns que se diferenciam, permitem a ressignificação do vivido e a ampliação da experiência, configurando uma ação formativa. Nesse processo de narrar e interpretar, coloca-se em movimento “[...] relação dialética entre a reinvenção de si e a ressignificação da experiência, daquilo que nos acontece e que constitui [...]” (PASSEGGI, 2011, p.147).

Portanto, o estabelecimento de um grupo de formação, ainda que inicialmente pautado por traços de identidade, possuem como objetivo a diferenciação e singularização das experiências. Conforme afirma Veiga-Neto (2007, p. 260), “[...] a instauração de um lugar comum a todos e no centro de um espaço qualquer, por outro lado é nesse lugar que se abriga a diferença, é nele que se pode pensar o até então impensado, é dele que pode sair algo de novo [...]”.

Com base nesses pressupostos de ação, propôs-se um evento de extensão, estruturado por meio de oficinas desenvolvidas para e a partir das experiências profissionais. Foram realizados cinco encontros mensais com aproximadamente duas horas de duração entre os meses de agosto a dezembro de 2019. Inicialmente foram abertas 15 vagas destinadas a psicólogos vinculados a serviços da proteção social básica e especial, atuantes nas prefeituras e entidades a elas conveniada, de Londrina (PR) e da região metropolitana.

A oficina 1 foi destinada a apresentação da proposta e metodologia de trabalho bem como o planejamento das atividades subsequentes. Desse modo, neste primeiro encontro, foi realizado inicialmente um mapeamento de como o estudo de caso é utilizado no contexto dos atendimentos dos profissionais de Psicologia que atuam na PNAS com contribuições de elementos trazidos pelos documentos oficiais que versam sobre o assunto (BRASIL, 2011, 2012; CFP, 2012; CFP, 2016). Posteriormente, os(as) participantes foram organizados em grupos encarregados de, a cada oficina, selecionar e apresentar um caso em acompanhamento (real ou fictício) a ser compartilhado e discutido com os participantes.

Figura 1: Oficina de formação para psicólogos(a) do SUAS.



Fonte: Acervo do projeto.

Os demais encontros foram realizados em oficinas temáticas compostas por duas etapas. O primeiro momento dedicava-se ao estudo teórico acerca da temática abordada e das diretrizes da política sobre o tema, seguido da realização conjunta de um estudo de caso relacionado ao tema do encontro, tendo como base o caso apresentado por um dos grupos de participantes (conforme estabelecido na oficina 1). Foram abordados os seguintes temas: a oficina 2 tratou do “estudo de caso e as relações com o território e a comunidade”; a oficina 3 abordou a temática “estudo de caso e pessoas com deficiência ou idosas com algum grau de dependência”; a oficina 4 teve como enfoque o “estudo de caso e pessoas com direitos violados”; enquanto a oficina 5 voltou-se para o “estudo de caso e formação de grupos e atividades coletivas na proteção social básica”.

A condução das atividades foi realizada por profissionais convidados e contou com o suporte e a mediação dos membros dos projetos de pesquisa e extensão. Como forma de encerramento das atividades, os participantes foram convidados a realizar uma avaliação coletiva das oficinas realizadas.

3 Resultados e discussão

Como ponto de partida, é importante destacar que mesmo preenchendo as quinze vagas ofertadas para as oficinas, os encontros tiveram de seis a oito participantes, o que pode estar relacionado com o fato de a formação acontecer dentro do horário de trabalho dos psicólogos (início da manhã). Isso pode indicar a alta demanda de atendimento ao profissional de Psicologia que impossibilita ou dificulta a sua ausência no serviço e a falta de uma política de capacitação que oportunize e justifique a participação em ações de formação.

Há ainda outra questão. Observa-se a presença de uma visão entre os profissionais que atuam na política de que toda ação formativa precisa, necessariamente, de um agente detentor do saber que transmita, de forma linear e diretiva, como devem agir. Quanto a esse ponto, o fato de as oficinas serem pautadas por uma metodologia participativa pode ter gerado um afastamento e desistência de alguns participantes ao longo do processo de formação.

Os resultados das oficinas puderam ser observados e avaliados de modo contínuo a partir das contribuições dos participantes no decorrer das atividades bem como por meio das informações obtidas na avaliação de encerramento. Por esses dados, alguns pontos podem ser elencados: o reconhecimento de que houve um aprofundamento de teorias e das normativas oficiais do serviço, a efetividade das trocas entre os profissionais durante as oficinas, as relações do estudo de caso com as questões relativas à atuação interdisciplinar e intersetorial e a necessidade de espaços de escuta e discussão sobre as experiências e desafios da atuação na área.

Figura 2: Oficina “Estudo de Caso e as relações com o Território e a Comunidade”.



Fonte: Acervo do projeto.

A possibilidade de aprofundamento em contribuições teóricas e nas normativas oficiais do serviço foi apontada pelos participantes como um aspecto que favoreceu um maior entendimento sobre elementos comuns ao campo da assistência social. Observa-se que, por se tratar de profissionais já atuantes nos serviços do SUAS, grande parte dos profissionais conheciam elementos centrais do trabalho proposto pela referida política, de modo que as oficinas contribuíram para agregar novos elementos em questões já vivenciadas pelo grupo.

Sobre esse aspecto, um participante da oficina 3 mencionou:

Acho que deveríamos conversar mais sobre isso, aprofundar, porque realizamos estudos de caso no dia a dia, mas muitos ficam nos “achismos” do que seria melhor para a família, quando na verdade, nem pensamos nos objetivos da estratégia. Eu pensei sobre isso, de conversar no meu município, de fazer uma capacitação com os serviços, discutir os objetivos de um estudo de caso com os outros serviços, porque não é só a assistência social que participa, e até na assistência social muitas vezes não pensamos no que significa, no objetivo, e já vamos fazendo, sem refletir.

A esse respeito, Litenski e Souza (2017) argumentam que mesmo que o processo de formação atual dos profissionais forneça fundamentos gerais para o trabalho do psicólogo(a) no SUAS, a atuação neste campo exige do profissional um aprofundamento em conceitos específicos que atravessam essa política pública, em virtude da complexidade das situações por ela abarcadas. Sobre esse ponto, Andrade e Romagnoli indicam que no cotidiano de trabalho:

[...] profissionais se deparam com sujeitos, ambientes e grupos complexos. A Psicologia, não raro, se encontra habitada, então, por um abismo entre o saber acadêmico, adquirido na graduação e divulgado em livros e pesquisas, e a realidade vivida no cotidiano (2010, p. 661).

Podemos entender que a soma entre as indicações teóricas e os estudos de caso realizados tornaram possível uma maior articulação entre os saberes acadêmicos, as normativas oficiais da política e a realidade concreta de atuação dos profissionais.

Assim, por meio dos estudos de casos realizados nas oficinas (conforme a escolha dos participantes), observou-se que houve uma abertura para a reflexão sobre o próprio trabalho. Além disso, possibilitou aos profissionais uma compreensão ampliada dos atendimentos, favorecendo tanto a definição de estratégias de ação para a superação da situação apresentada quanto a avaliação acerca das intervenções realizadas e das possibilidades de encaminhamentos e articulações com a rede intersetorial, definida como a relação entre diferentes setores e políticas públicas que prestam serviços em um mesmo território, por meio da promoção de espaços de diálogo entre seus representantes com vistas a construção de ações conjuntas para o acompanhamento das famílias (SILVA; OSAWA, 2019). Busca-se com a intersetorialidade a “articulação entre setores e saberes, para responder, de forma integrada, a um objetivo comum” (BRASIL, 2009, p. 26).

Esse aspecto pode ser notado na posição de um dos participantes na oficina 2:

As pessoas não são objetos da intervenção dos serviços [...] A rede toda precisa saber e cuidar disso, as ações não podem ser aleatórias, sem pensar nos impactos, antes de pensar em encaminhar é preciso pensar nas condições da família de ir aos lugares e da importância disso para elas. Por isso, acho que é importante pensar junto, porque senão fica um monte de gente fazendo encaminhamentos e decidindo sobre a família, que numa conversa mais coletiva, poderia ser melhor elaborado, para não sobrecarregar a família nem os serviços. Acho que inclusive a família tem que participar desses estudos.

Como desdobramento, apresenta-se o reconhecimento de que determinados casos extrapolam a competência de um serviço, demandando o envolvimento de diferentes profissionais e instituições. A necessidade de formação da rede de serviços pautada em ações interdisciplinares e intersetoriais é prevista e indicada pelas normativas da PNAS. A esse respeito, os documentos indicam que

Na proposta do SUAS, é condição fundamental **a reciprocidade das ações da rede de proteção social básica e especial, com centralidade na família**, sendo fundamental o estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento, bem como a definição de portas de entrada para o sistema (BRASIL, 2004, p. 47, grifo nosso)

Essa articulação, que envolve também outras políticas sociais (como as de saúde, educação, emprego, habitação, entre outras) é apresentada como relevante para a integralidade do atendimento. No entanto, durante os encontros realizados houve relatos que apontam para a dificuldade em se estabelecer diálogo com essas outras instâncias. Tais relatos permitiram problematizar possíveis estratégias para a superação deste desafio. Como exemplo, citamos a fala de um dos participantes na oficina 2, que enfatizou a importância de pensar nos fluxos entre os diferentes serviços, com ênfase no fortalecimento das redes:

O trabalho em rede leva anos, mas a burocracia muitas vezes não permite construir essas redes, têm sempre os prazos que temos que cumprir, principalmente quando a gente pensa na relação com o judiciário. A gente está falando aqui de ter cuidado no contato com o outro, mas a política pública muitas vezes não nos dá esse tempo do cuidado. Então não dá muito tempo de conversar com os serviços e de fortalecer essas redes e trabalhar junto.

Como já mencionado, a própria PNAS enfatiza a necessidade de articulação com as diferentes políticas públicas, devido à complexidade dos problemas sociais, que exige o compartilhamento de saberes e práticas com vistas à construção coletiva e integrada de ações (JUNQUEIRA, 2004). Por essa razão, identifica-se, enquanto demanda, a necessidade de atividades formativas que congreguem diferentes profissionais e serviços de forma a problematizar e planejar intervenções a partir de questões comuns.

Outro elemento discutido, não só nos documentos, mas também por meio das falas dos participantes das oficinas, foi que o estudo de caso se mostra não só como uma importante estratégia de acompanhamento das famílias, mas também como um instrumento de aprimoramento dos próprios serviços do SUAS. Isso porque, podem ser utilizados como espaços de estudo entre a equipe de um mesmo serviço, o que contribui para momentos de integração, de troca de experiências e reflexões, de modo a qualificar os atendimentos oferecidos. Durante a realização da oficina 4, um participante trouxe elementos que nos permite pensar essa questão:

Como não fazemos muito isso, estudar os casos do serviço, acabamos começando do zero a cada caso, sendo que o caso também pode ajudar a pensar as metodologias de onde trabalhamos. Porque às vezes os profissionais acompanham famílias com situações semelhantes e um nem fica sabendo quais situações o outro está atendendo, sendo que se isso fosse partilhado um poderia contribuir com o trabalho do outro e isso poderia gerar pactuações mais amplas dentro do serviço [...]

Por fim, o grupo demonstrou que as atividades coletivas entre profissionais têm um importante papel para a análise dos desafios, o acolhimento das dificuldades produzidas na atuação no SUAS bem como para o estabelecimento de conexão entre técnicos que atuam em unidades distintas, favorecendo o compartilhamento de informações, de dilemas e de experiências exitosas.

No decorrer de todas as oficinas realizadas foram frequentes falas dos profissionais que sugerem reações emocionais diante do trabalho exercido nos equipamentos do SUAS: “a gente se sente sozinho, ainda mais em municípios pequenos, com equipes pequenas”; “tem horas que você não sabe o que fazer e as reuniões de rede acabam sendo espaços de reclamações, de prescrições de caminhos para as famílias, de achismos”; “chega tantos novos casos, prazos para cumprir, que não dá para pensar junto”; “eu vim aqui para pedir ajuda de vocês, quando eu me inscrevi eu vi que aqui eu poderia falar das dificuldades, e eu logo pensei em uma família que eu atendo”.

Considerando que o trabalho nas políticas públicas é marcado pelo número insuficiente de profissionais, pela precariedade da infraestrutura e pela alta demanda de trabalho, a atuação pode se mostrar propícia para o desenvolvimento do sentimento de impotência frente à complexidade das situações apresentadas pelas famílias e, conseqüentemente, levar a um desgaste emocional dos profissionais.

Nesse aspecto, as devolutivas dos participantes denotam que encontros com outros profissionais contribuem não apenas para a capacitação, mas também para a consolidação de um suporte afetivo. Não se pode esquecer que o trabalho no SUAS requer contemplar o cuidado na relação não só com as famílias, mas com os profissionais envolvidos. Assim, tal como problematiza Barreto (2011): “para penetrar em bairros reconhecidos pela violência e pela criminalidade, assim como no território da violência subjetiva sem prejuízos físicos e psíquicos, só é possível cuidando e sendo cuidado” (p. 411).

Figura 3: Oficina “Estudo de Caso e Formação de grupos e atividades coletivas na PSB”.



Fonte: Acervo do projeto.

Nesta direção, considerando a precariedade das condições de trabalho, a complexidade das situações no exercício do trabalho social e o reconhecimento dos participantes de que as atividades coletivas entre profissionais têm um importante papel para o acolhimento dos desafios e dificuldades, os resultados aqui sistematizados apresentam indicativos de que as oficinas mostraram-se potentes não só como espaço de capacitação profissional, mas também para minimizar o desgaste emocional vivido pelos profissionais.

A atividade resultou também na consolidação de um espaço formativo aos estudantes colaboradores do projeto de extensão. As oficinas permitiram uma maior aproximação com o trabalho na PNAS, tanto na ampliação da fundamentação teórica sobre o campo, como também no âmbito prático, por meio do contato com a realidade de trabalho da Psicologia nas políticas públicas, que se deu via relatos dos profissionais durante as oficinas. Além disso, a atividade extensionista promoveu o desenvolvimento de habilidades para o planejamento de oficinas e para a condução de grupos bem como para a sistematização e avaliação do trabalho realizado.

Tendo em vista que as atividades de estudo de caso compõem parte do trabalho das equipes do SUAS e que isso acarreta um impacto significativo nas decisões acerca do modo como serão conduzidos os atendimentos às famílias, observa-se que a capacitação profissional, por meio do processo de formação inicial e continuada, tem fundamental relevância para melhorias nos serviços prestados à comunidade. Neste sentido, as ações desenvolvidas podem reverberar no modo como os profissionais conduzem suas atividades junto à população.

4 Considerações finais

A ampliação significativa de postos de trabalho dos psicólogos(as) nos serviços da PNAS representa um marco importante à profissão por possibilitar que seus saberes contemplem uma parcela maior da população. A expansão do número de profissionais pode ser observada em dados de pesquisa desenvolvidas ao longo dos anos. Em 2011, atuavam nos serviços do SUAS cerca de 8.000 profissionais de Psicologia (MACEDO et al, 2011), em 2015 este número já havia passado por um crescimento expressivo, chegando a 23 mil psicólogos(as) (CORDEIRO; CURADO, 2017). Este processo, entretanto, ocorreu em descompasso com a oferta de subsídios para a atuação pelos cursos de graduação em Psicologia, de modo que a demanda por formação se faz presente.

Observamos, ainda, que o dia a dia do trabalho desses profissionais é permeado por dúvidas e anseios, desencadeando modos próprios de operar com as situações vivenciadas e de buscar soluções às problemáticas. Desse modo, produzem conhecimento a partir de suas vivências profissionais e das práticas que executam. Esses saberes, construídos no cotidiano do trabalho, muitas vezes ficam restritos ao próprio psicólogo(a) ou aqueles que têm contato direto com ele. Com isso, tornam-se significativos os espaços de formação que permitam que as experiências sejam ouvidas e compartilhadas.

A partir dos encontros realizados, entende-se que o trabalho com estudos de casos pode se constituir como momento em que os participantes discutem situações que acompanham e compartilham conhecimentos e experiências, contribuindo para o delineamento de estratégias de intervenção e avaliação, de modo a prover a composição de um suporte aos profissionais para o atendimento das complexas situações contempladas em seus trabalhos.

Para tanto, torna-se necessária à ampliação da visão dessa estratégia, não apenas como um modo de se aprofundar na singularidade de uma dada família, mas, a partir dos elementos identificados na situação particular, problematizar as ações implementadas pelos diferentes profissionais da rede junto a esta, ponto já preconizado como modo de atuação e proteção social pela própria política de assistência social.

Deste modo, reitera-se a validade do delineamento e desenvolvimento de propostas formativas voltados aos psicólogos(as) atuantes no SUAS, tendo em vista que tais ações podem produzir reverberações no acompanhamento da população atendida pela referida política pública. Enfatizamos, assim, a necessidade da continuidade de construção de espaços dialógicos (o que pode ocorrer por meio de capacitações, formação continuada, supervisões nos serviços, entre outros) que além de lugares de formação possam também servir como momentos para reflexão e cuidado com estes profissionais.

Referências

ANDRADE, L. F.; ROMAGNOLI, R. C. O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 3, p. 604-619, 2010.

BARRETO, A. F. Sobre a dor e a delícia da atuação psicológica no SUAS. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, n. 2, p. 406-419, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social** n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS (NOB\ SUAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB\SUAS-RH)**. Brasília: MDS\SNAS, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília: MDS\SNAS, 2009.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília: MDS\SNAS, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF – volume II**. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF. Brasília: MDS\SNAS, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS**. Brasília: CFP, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília: CFP, 2016.
- CORDEIRO, M. P.; CURADO, J. C. Psicologia na Assistência Social: um campo em formação. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.
- JUNQUEIRA, L. A. P. A. Gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.
- LARROSA, J. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998
- LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.
- LITENSKI, A. C. de L.; DE SOUZA, C. G. Psicólogos no Sistema Único e Assistência Social (SUAS): considerações acerca da formação profissional em instituições públicas do estado do Paraná. **Emancipação**, v. 17, n. 1, p. 58-73, 2017.
- MACEDO, J. P. et al. O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. **Psicologia em estudo**, v. 16, n. 3, p. 479-489, 2011.
- MACEDO, R. S.; SÁ, S. M. M. A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entretecimentos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 324-336, jan./abr., 2018.
- PASSEGGI, M. C. A experiência em formação. **Educação**, v.34, n.2, p.147-156, maio/ago. 2011.
- ROMAGNOLI, R. C.. Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 151-161, 2016.
- SATO, L.; SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em Psicologia. **Psicologia USP**, v. 12, n. 2, p. 29-47, 2001.
- SEIXAS, P. S. et al. As políticas sociais nos fundamentos dos projetos pedagógicos dos cursos de Psicologia. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 3, p. 437-446, 2016.
- SILVA, R. B.; OSAWA, R. N. T. Psicologia e a questão do trabalho em rede na Política de Assistência Social no Brasil. **Psicoperspectivas**. v.19, n.2, p.1-13, 2019.
- VEIGA-NETO, A. As duas faces da moeda: heterotopias e emplazamientos curriculares. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 45. p. 249-264. jun.2007.